

Intervenção de Sua Excelência o Presidente da República
78ª Assembleia geral das Nações Unidas
19 de Setembro de 2023

Senhor Presidente da Assembleia-Geral,

Senhor Secretário-Geral,

Excelências,

Senhor Presidente Dennis Francis, creia no compromisso de Portugal com as suas prioridades: restituir a confiança no multilateralismo, acelerar a agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, reforçar os direitos humanos e restituir a paz e a segurança.

Permitam-me também uma palavra de reconhecimento ao Presidente cessante Csaba Korosi, que felicito pelo seu mandato.

Senhor Secretário-Geral António Guterres, aplaudo a sua inesgotável dedicação aos valores da Carta das Nações Unidas. Creia no apoio permanente de Portugal à “Nossa Agenda Comum”, e às reformas para a governação mundial, incluindo a financeira, mas também às prioridades nunca abandonadas na luta contra as alterações climáticas, promoção do diálogo e da paz, centralidade dos direitos humanos, dos migrantes, refugiados e da igualdade de género.

Creia, por isso, no compromisso de Portugal para o sucesso da Cimeira do Futuro, em 2024, do Fórum da Aliança das Civilizações, que acolheremos em Lisboa, no próximo ano, e da Cimeira Social Mundial, em 2025 – marcas da sua permanente lucidez e dinamismo e que continuarão a acompanhá-lo nesta sua exigente missão por um mundo mais pacífico e cooperativo.

Excelências,

Atravessamos uma era de urgência histórica global, que nos convoca a todas e a todos sem exceção.

Primeiro, urgência na reposição da centralidade dos princípios da Carta das Nações Unidas, com o respeito inegociável pela soberania e integridade territorial dos Estados, defesa dos direitos humanos, segurança humana, alimentar e nuclear. É tudo isto que está em causa quando olhamos para a guerra na Ucrânia, geograficamente europeia, mas de múltiplos efeitos globais, com prolongamentos de insegurança noutras geografias, como o que temos assistido no Sahel, no Médio Oriente, ou na Ásia, mais vulneráveis a intromissões de terceiros, ao terrorismo, a novos ciclos de contração económica, pobreza e fragilidade política. Para dar resposta a estas ameaças, Portugal manter-se-á firme no diálogo entre a Europa, África e outros continentes, parceiros estratégicos no presente e no futuro.

Separar a justa luta do povo ucraniano da justa defesa das Nações Unidas é pactuar com um mundo de agressões ilegítimas e ilegais, menorizando de vez o multilateralismo eficaz, a cooperação para a paz, a preservação de milhões de vidas humanas.

Num ano em que se comemoram 75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e 30 anos da Declaração e Programa de Ação de Viena, reafirmo o total compromisso de Portugal com a Carta das Nações Unidas

Segundo, a urgência na cooperação mais ambiciosa contra as alterações climáticas, a causa de cada vez mais fenómenos extremos e abruptos.

É essencial reforçarmos a centralidade da ciência no diagnóstico, no acompanhamento e na credibilidade das nossas decisões políticas.

É essencial valorizarmos o papel dos jovens nos nossos sistemas políticos, paladinos do combate às alterações climáticas, lutando por melhor justiça intergeracional e por opções económicas mais sustentáveis.

É essencial permanecermos solidários e unidos nos grandes fóruns de cooperação climática, como o Acordo de Paris e a próxima COP28 nos Emirados Árabes Unidos, acelerando metas de descarbonização globais e mobilizando soluções que transformem a asfixia das dívidas externas em investimentos em energias renováveis ou outros com impacto positivo na economia azul e na defesa da biodiversidade. Disto mesmo é exemplo o recente acordo entre Portugal e Cabo Verde e que queremos alargar a

outros Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, comunhão de 300 milhões de pessoas em redor de uma Língua de comunicação global, presente em todos os continentes. Como já alertou o Secretário-Geral, não podemos continuar a ter metade da população mundial a viver em países que pagam mais pelos juros da dívida do que investem em educação e saúde.

É essencial continuarmos firmes na defesa da Agenda dos Oceanos para um futuro sustentável mundial, pois é também aí que residem as respostas ao aquecimento global, poluição e desertificação, e por isso saúdo o Acordo Internacional sobre Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade Marinha em Áreas da Jurisdição Nacional, que assinaremos amanhã, bem como a co-organização da próxima Conferência dos Oceanos pela França e Costa Rica, em 2025.

Numa época em que os efeitos calamitosos das alterações climáticas são também motivo de migrações cada vez mais forçadas e recorrentes, Portugal mantém-se firme ao lado do Pacto Global das Migrações, e presta tributo ao trabalho do Diretor-Geral da OIM, António Vitorino, determinante na resposta a um desafio que assume crescente centralidade na agenda das Nações Unidas.

Numa era em que os efeitos perversos das alterações climáticas na subida do nível do mar já se sentem na erosão costeira, na insegurança dos países insulares e na destruição dos ecossistemas, Portugal, tal como a União Europeia, está firme ao lado do trabalho desenvolvido pela Comissão de Direito Internacional copresidida por Patrícia Galvão Teles.

Terceiro, uma urgência na adequação das organizações internacionais e dos instrumentos de cooperação política e financeira às transformações em curso na ordem internacional. A começar na reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, mais representativo, ágil e funcional, de forma a preservar o seu reconhecimento entre os Estados-membros, a legitimidade na salvaguarda dos princípios da Carta, e a eficácia na abordagem a múltiplas crises de segurança, potencialmente mais recorrentes.

Portugal, candidato a membro não-permanente do Conselho de Segurança no biénio 2027-2028, apoia a elevação do Brasil e da Índia a membros permanentes, bem como a Posição Africana Comum e a representação dos pequenos países insulares nesse fórum. Portugal continuará a lutar por um Conselho de Segurança mais transparente, coerente e responsabilizável, e por isso temos copatrocinado todas as iniciativas que procuram limitar ou escrutinar o uso do direito de veto.

Numa ordem internacional onde parte dos seus membros procura realinhar equilíbrios de poder, sinal de descontentamento com algumas das regras existentes, importa reavaliar também a representatividade, alcance e eficácia das organizações financeiras. Como disse o Secretário-Geral António Guterres, “precisamos de uma nova arquitetura financeira internacional, de um novo Bretton Woods”.

É urgente avançar em caminhos de respeito pelos valores da Carta das Nações Unidas, de paz, de desenvolvimento sustentável, de ação climática, de correção das desigualdades, de reforma das Nações Unidas e das instituições financeiras mundiais.

É urgente, é mesmo muito urgente.

Cada dia perdido, é mais um dia de desigualdade e de conflito.

Cada dia ganho, é um dia mais de justiça, de solidariedade e de paz.

Muito obrigado.